

Organizadores

Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques

Giros à direita

Análises e perspectivas
sobre o campo
libero-conservador



SER
TÃO
CULT



Fabiano Godinho Faria é graduado e mestre em história social pela Universidade Federal Fluminense e doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente leciona como professor efetivo no Instituto Federal do Rio de Janeiro.



Mauro Luiz Barbosa Marques é historiador. Doutor pela UNISINOS (RS) e professor no Instituto Federal de Pernambuco. Dedicar-se à pesquisa em temas como mundo do trabalho e história dos pensamentos políticos.

Organizadores

Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques

Giros à direita

Análises e perspectivas
sobre o campo
libero-conservador



Sobral
2020

**SER
TÃO
CULT**

Giros à direita: Análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador

© 2020 copyright by Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques (Orgs.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Cícero João da Costa Filho
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
João Batista Teófilo Silva
Juliana Magalhaes Linhares
Maria Aparecida de Sousa
Raimundo Alves de Araújo
Raul Max Lucas da Costa
Regina Celi Fonseca Raick
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Viviane de Souza Lima
Telma Bessa Sales

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Ilustrações

Mateus de Paula Pimentel Ferreira

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

G527 Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador./ Fabiano Godinho Faria, Mauro Luiz Barbosa Marques, (Organizadores). - Sobral- CE: Sertão Cult, 2020.

254p.

Número ISBN: 978-65-87429-04-5 - papel
Número ISBN: 978-65-87429-05-2 - E-book-pdf
Doi: 10.35260/87429052-2020

1. Política. 2. Liberalismo. 3. Conservadorismo. 4. Progressivismo. I. Título. II. Faria, Fabiano Godinho. III. Marques, Mauro Luiz Barbosa.

CDD 324.281

*Agradecemos o apoio das seguintes entidades sindicais
de servidores dos Institutos Federais de
Educação, Ciência e Tecnologia:*



Sumário

Apresentação / 9

Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro / 13
Michael Löwy

Neoliberalismo e (neo)autoritarismo: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do cone sul da América Latina / 20
Hernán Ramírez

Ultraliberalismo autoritário e o aprofundamento da dependência: o governo de extrema direita no Brasil no contexto da crise latino-americana / 46
David Moreno Montenegro

A reorganização da extrema direita latino-americana no ascenso bolsonarista: fóruns e redes organizativas / 71
Rejane Carolina Hoeveler

A direita unida em torno de Bolsonaro: uma análise da rede conservadora no Facebook / 90
Celina Lerner

Alguma coisa está fora do tempo: a doutrina da guerra revolucionária e o delírio anticomunista da família Bolsonaro / 122
Fabiano Godinho Faria

Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro / 159
Michelangelo Torres

A revolução a partir da extrema direita: análises dos projetos da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Nacional Sindicalismo (N/S) / 174
Felipe Cazetta

Armas, literatura ‘panfletária’ e antissemitismo: a postura conservadora de Gustavo Barroso no Brasil dos anos 1930 / 193

Cícero João da Costa Filho

Uma direita “plural”: configurações ideológicas e organizações políticas da direita brasileira contemporânea / 222

Fábio Gentile

Um fantasma ronda o mundo, o fantasma de Gilead / 241

Mauro Luiz Barbosa Marques

Apresentação

Parece evidente um crescimento expressivo de correntes denominadas como “extrema direita”, entre outros termos, que chegaram ao poder em várias partes do mundo, desde a América, com EUA, Brasil e Colômbia, passando pela Europa, de Hungria e Polônia, chegando à Ásia, de Israel, Turquia e Índia, entre tantos outros Estados Nacionais. Especialmente após a crise econômica global de 2008, saídas por este viés socioeconômico tiveram seu grau de influência ampliado imensamente.

Tal fenômeno não demonstra ser efêmero, apesar de importantes dificuldades onde é aplicado na gestão estatal. Ainda que não reste clara a duração desse processo, ele merece toda atenção e problematização necessárias, pois traz às disputas políticas globais novos elementos nem sempre compreendidos, especialmente pela massa crítica progressista. Estes alinhamentos vinculados à direita extrema, via de regra, combinam de forma contraditória e complementar aspectos conservadores e ultraliberais, regados a práticas autoritárias de cunho neofascista. Em comum, tendem a rejeitar ou reagir a qualquer risco que coloque em xeque a ordem instituída, apesar de uma aparência difusa antissistêmica. Este avanço das direitas extremas pode ser um desdobramento do fracasso do neoliberalismo tradicional em promover a elevação geral do nível de vida pela instalação de uma sociedade de competição perfeita. Como os resultados foram o oposto, apostam numa guinada de ódio em que culpabilizam os setores política e socialmente mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, alternativas políticas ao modelo neoliberal tiveram inúmeras dificuldades e limites nas práticas políticas efetivas.

Desde suas origens, os conservadores são umbilicalmente ligados à defesa da tradição, da hierarquia e temem o “novo”. Historicamente ligam-se a uma ideia de alternativa global à modernidade, ao pensamento progressista e especialmente revolucionário, que reduziu o poder do chamado *Antigo Regime* europeu. Correntes liberais contribuíram em muito para tal virada histórica difundindo ideias sobre a possibilidade do indivíduo autônomo aperfeiçoar sua vida a partir de transforma-

ções baseadas na iniciativa, no progresso e na racionalidade. Curiosamente, liberais e conservadores se aproximaram em muitos sentidos, especialmente a partir da metade do século XIX. Mergulhar em tal problemática, também debatida aqui nesta obra, tem sua centralidade para entender tal processo político contemporâneo. Apenas o pragmatismo político explica tal aproximação?

Os elementos contemporâneos após 2008 carregam um cenário marcado pela decadência econômica e a busca da retomada da taxa de lucros do capital, a constante migração massiva em diversos pontos do planeta, especialmente no sentido “sul-norte”, o desemprego e precarizações extremas da força de trabalho. A falta de respostas de governos de diversas matizes distintas da extrema direita, entre outros fatores, se somam num caldeirão que permite a nova germinação de valores se não esquecidos, bastante minoritários no pós 2ª Guerra Mundial. Assim, neste momento em que o pêndulo político global se movimenta à direita, organizamos esta publicação e convidamos à sua leitura. É pretendido aqui discorrer sobre características, origens, concepções e práticas das “direitas”, em suas diversas matizes, priorizando a compreensão deste problema na contemporaneidade, mas debruçado na longa duração para a devida e aprofundada análise do tema.

Para tal objetivo, onze autores com seus respectivos artigos estão aqui elencados. **Michael Löwy** abre a série de capítulos desta obra discorrendo sobre a amplitude planetária da ação da direita extrema, dialogando com conceitos como fascismo, populismo e neofascismo, colocados à luz da prática política destes partidos e governos espalhados por inúmeros países. Ainda na perspectiva transnacional, fundamental ao tema, **Hernán Ramírez** traz a origem do neoliberalismo, especialmente no Cone Sul americano, e o relaciona com as engrenagens de sistemas autoritários praticados nos Estados da região e chega, temporalmente, a debater tal relação no tempo presente.

David M. Montenegro analisa a ascensão do governo Bolsonaro dialogando com o conceito de fascismo dependente pensado na longa duração, tendo como partida os regimes civis militares surgidos da década de 1960 em diante no espaço latino-americano e superando as variadas experiências de esquerda que assumiram o poder a partir do final do século passado. Na perspectiva do tempo presente, **Rejane C. Hoeverler** traz em seu capítulo um estudo sobre as múltiplas relações políticas, militares e empresariais entre as extremas-direitas latino-americanas, bem como suas conexões no último período, especialmente com a eleição de Jair Bolsonaro.

O capítulo escrito por **Celina Lerner** utiliza grafos que demonstram as relações entre mais de nove mil grupos no Facebook que formaram a rede libero-con-

servadora atuante nos últimos anos no Brasil. Uma impressionante radiografia deste instrumento utilizado pelos setores de direita com grande competência e ousadia neste período recente. Por sua vez, **Fabiano Godinho Faria** resgata a Doutrina da Guerra Revolucionária, uma espécie de “teoria da conspiração” importada do exército francês no final da década de 1950, que se tornou a alma da conspiração que derrubou João Goulart. No governo de Jair Bolsonaro, em pleno século XXI, essa mesma doutrina está sendo novamente resgatada das cinzas para justificar o renovado combate à ameaça do comunismo.

Navegando de forma comparativa entre os primeiros períodos republicanos de Brasil e Portugal, **Felipe Cazetta** retrata o embate do integralismo lusitano e brasileiro contra o liberalismo, as correntes socialistas bem como às formas democráticas, mesmo mínimas, de organização societal. No mesmo período histórico, **Cícero João da Costa Filho** analisa a trajetória intelectual de Gustavo Barroso, com destaque ao antissemitismo como elemento fundamental do projeto integralista do qual este intelectual nordestino ocupava a função de chefe da milícia. Nestes dois artigos, o integralismo é desnudado como importante corrente conservadora do início do século passado.

Fabio Gentile pensa em seu artigo configurações ideológicas e as organizações políticas da direita brasileira contemporânea. Traz e analisa a categoria de direita “plural”, destacando a tensão liberalismo-autoritarismo, algo presente na história do Brasil. Assim, o fenômeno da direita brasileira é pensado pelo autor numa perspectiva histórica e vinculado às tradições doutrinárias de longa duração. Por seu turno, **Mauro Luiz B. Marques** apresenta uma análise contextualizada da série distópica de imenso sucesso “O Conto da Aia”. Indo bem além do conteúdo da série em si, o autor relaciona a proposta ficcional distópica da autora com o cenário estadunidense, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, bem como desnuda aspectos centrais da doutrina ultra-liberal e ultraconservadora daquele país.

Michelangelo Torres aborda uma análise crítica dos primeiros 18 meses da política educacional do governo de extrema direita no Brasil. O andamento da análise recai sobre as continuidades e descontinuidades da política educacional no governo Bolsonaro em relação a governos que o precederam. A hipótese é que há, por um lado, o intuito de uma consolidação ideológica de base conservadora que pretende impor, por viés autoritário, uma nova face à educação no País com requinte de perversidade e obscurantismo (apoiado no conservadorismo e em um grupo fundamentalista de extrema direita), no intuito de ceifar qualquer perspectiva de autonomia ou pensamento crítico.

Tais textos analisam as práticas políticas libero-conservadoras-autoritárias planetárias, com destaque ao cenário nacional. Esta coletividade de autores espera contribuir para o pensamento crítico, libertário e de resistência a um mundo em disputa e que, perigosamente, pode voltar a beirar o obscurantismo societal.

Os organizadores

Fabiano G. Faria & Mauro Luiz B. Marques

A revolução a partir da extrema direita: análises dos projetos da ação Integralista Brasileira (AIB) e do Nacional Sindicalismo (N/S)



Felipe Cazetta¹

Introdução

Os conceitos devem ser abordados sob alguns cuidados em análise: a historicidade de seus usos, os posicionamentos político, social e econômico do formador do discurso no qual estão contidos e a intencionalidade de quem deles lança mão. Estes aspectos são fundamentais para fugir dos anacronismos, ainda diante da polissemia de seus usos, conforme o local da fala em um mesmo recorte temporal, mas por grupos distintos, ou em períodos históricos diferentes.

Outro elemento obrigatoriamente considerado é a disputa simbólica sobre a definição dos conceitos, seu domínio e uso. Tal luta revela as tensões e instabilidades existentes, por redefinições em vários campos: político, social, econômico, cultural. Estes embates são reveladores das projeções dos grupos em conflito, seja pela manutenção da ordem e, portanto, permanência dos códigos e valores, ou pelos anseios de erodir o *status quo* e bases de dominação e organização de castas ou classes. Deste modo, a modificação dos conceitos é um dos elementos de acusação destas instabilidades, conforme Reinhart Koselleck discorre ao afirmar que: “a batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições, está presente, sem dúvidas, em todas as épocas de crises registradas em fontes escritas” (KOSELLECK, 2006, p. 102).

As propostas de extrema direita que vigoram contemporaneamente têm sua sementeira entre os finais do século XIX e início do XX, mantendo parentesco

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor de História da Universidade Estadual de Montes Claros – Campus São Francisco e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (e-mail: felipe-cazetta@yahoo.com.br).

com projetos conservadores ou reacionários que são atualizados. Eixos temáticos como a moral, a família e a propriedade privada, presentes nos discursos extremistas de direita hodiernos, foram motores para projetos emergentes com o esgotamento do liberalismo, a projeção das camadas populares nas esferas de poder via pressão ou peso eleitoral, e o mal-estar gerado pela transição para a modernidade e a industrialização. Alguns destes aspectos emergem entre os fins do século XX e início do XXI, promovendo deformação nas definições conceituais, para fortalecer o corpo de militância e operar ressignificações. Deste modo, é importante recuperar os conceitos inerentes aos discursos para se compreender projetos, propostas e visões de mundo buscadas na conexão entre o emissor e seus aderentes, para a formulação de utopias específicas aos grupos específicos.

Exemplar da força dos conceitos sobre o campo político é a alteração acusada por Hannah Arendt. Em seus estudos, a filósofa observa que o conceito *Revolução*, quando situado historicamente, apresenta ruptura com a referência astronômica de constância e imutabilidade a partir de meados do século XVIII, sendo dotado de perspectiva marcada pela irreversibilidade, ineditismo, irresistibilidade e o uso político da violência. Anterior à eclosão da chamada “Revolução Americana” e da Revolução Francesa, a sociedade estamental era modelo adotado nos Estados monárquico-absolutistas. Entre as características destes Estados estava a baixa alteração das estruturas de poder em vista do regime dinástico, a sucessão hereditária e a baixa mobilidade política entre os Estados Gerais. Em consonância a esta estrutura, o conceito de *Revolução*, até o último quartel do século XVIII, foi revestido pela definição de permanência, conforme dito, levado à política através da metáfora astronômica. Segundo Hannah Arendt, neste contexto, o conceito referia-se à regularidade, ao movimento sistemático e cíclico dos astros, natural e irresistível, por serem externos à iniciativa e vontade do homem (ARENDR, 1990, p. 34).

Quando aplicada aos assuntos políticos e do Estado, a permanência era a definição, ainda que fossem detectadas oscilações aleatórias aos destinos humanos, porém, insuficientes para romper a ordem original. Tal como o nascer do Sol e da lua, a estabilidade na dominação se fazia legítima, pois existente desde tempos imemoriais como correlação política à disposição dos estamentos do Antigo Regime (ARENDR, 1990, p. 34). A erosão das bases do absolutismo através da Revolução Francesa reverbera tamanho impacto que repercute no novo significado de *Revolução*. Deste modo, os conceitos contribuem para a identificação da situação política, social, cultural e econômica, caso atente-se em análises para sua definição e uso em determinado contexto.

Constata-se, portanto, que os primeiros revolucionários, ou seja, os responsáveis pela alteração da definição anterior de *Revolução* através de suas ações políticas, não estavam ansiosos pelo ineditismo das práticas ensejadas. Pelo contrário, agiam no intuito de recuperar um passado (imemorial ou não) mais ameno em relação ao presente opressor. Constata-se a posterioridade do ímpeto transformador, ocorrido somente após a constatação da irreversibilidade, nas revoluções Americana e Francesa (ARENDE, 1990, p. 33). A partir destes fenômenos, a revolução assume o caráter de imprevisibilidade e violência. Há, igualmente, a manutenção da definição anterior de irresistibilidade, porém, agora tomada pela atuação dos homens. Uma vez levados pelas ações políticas, avançam em pontos que o retorno torna-se impossível devido às alterações implementadas.

Sob a definição contemporânea, consolidada durante a Revolução Francesa, a ação revolucionária, para Claude Lefort (1987, p. 127), está intimamente relacionada com a revolta ou sublevação das massas, embora mantenham suas divisões. Diante do aspecto amplo e de participação popular, Lefort disserta ser equivocado afirmar a Revolução como um ato único. Todavia, é necessária a existência de partilha de valores comuns, a identidade com as propostas em disputa ou uma insatisfação imediata com a organização e forma de dominação política manifesta amplamente entre as camadas sociais envolvidas. Esta unidade é adquirida, em parte, pelos divisores comuns apresentados dentre os conceitos lançados para compreender a realidade combatida e a proposta que busca ser triunfante. Koselleck afirma serem os conceitos os estruturadores da ação política, através da delimitação do *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativas* aberto (KOSSELLECK, 2006, p. 98). Nesta premissa, a coesão sobre os futuros projetados, decodificados em torno de conceitos, fornece a unidade da Revolução, minimizando o risco de dissolução, apresentado por Lefort. Deste modo,

O que dá a revolução seu caráter específico é o tipo de sociedade na qual se desenvolve [...], é que as massas, seja qual for o objetivo de suas primeiras reivindicações, se chocam contra o Estado, contra um poder garantia da unidade e da identidade nacionais e que opondo a violência à sua violência, denegam sua legitimidade e atingem, no mesmo lance, a integridade do corpo político (LEFORT, 1987, p. 127).

Com o intuito de tornar coesa a proposta de *revolução*, seja ela concreta ou em um universo discursivo, porém, com significado e legitimidade para determinado grupo, é necessário que seja revestida por um fio condutor, representado pelo esforço de construção de uma cultura política, que consiste em “[...] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se

reclama” (BERNSTEIN, 1998, p. 350-351). Como observa Berstein, via de regra, essas culturas apresentam fundamentos teóricos, mas também se expressam em vulgatas acessíveis a um maior número de integrantes. Rodrigo Motta (2009, p. 21) propõe uma definição muito semelhante ao autor francês. Para Motta, as culturas políticas se constituem de “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. Deste modo, para a consolidação das *culturas políticas*, é possível perceber correntes de pensamento e visões de mundo divergentes ao compô-las. Em função desta heterogeneidade de concepções políticas, identitárias e culturais há, portanto, disputas pela hegemonia dos símbolos e significados internos.

Feitos os apontamentos acerca do conceito de Revolução e suas definições, credencia-se ao debate sobre os usos do conceito por lideranças de extrema direita. Para tanto, o objeto das análises estará entre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e o Nacional Sindicalismo (N/S), atuantes nos anos 1930 e em ação no Brasil e em Portugal, respectivamente. Assim, é possível se perceber, através dos projetos autodefinidos “revolucionários”, os anseios almejados com suas propostas autoritárias.

Definição de projetos políticos acerca da “revolução” no N/S e na AIB

Entre os finais do século XIX e início do XX, as concepções iluministas, tais como o liberalismo político, a igualdade de direitos e a quebra dos impedimentos hereditários à participação do poder ascenderam e começaram a sofrer contestação mais evidente dos setores atingidos, ou seja, as elites políticas e econômicas em declínio de poder. À medida que as concepções iluministas se lançaram em direção ao pensamento político e econômico, entraram em choque com a organização antes disposta.

A crença na igualdade de direitos e na eleição pelo voto popular, por exemplo, era oposta aos costumes nobiliárquicos. Deste modo, o embate de ideias se fez notório principalmente entre os finais do século XIX e início do XX. A emergência do nacionalismo e de concepções cientificistas, tais como o darwinismo social, mobilizaram grupos de extrema direita à reação às bases do pensamento de esquerda ou veto à abertura da participação política às camadas populares, que ganhavam espaço.

O surgimento do N/S e da AIB esteve inserido neste contexto de esgotamento das concepções derivadas ou consolidadas na Revolução Francesa. O início do

século XX foi politicamente turbulento em Portugal. A monarquia constitucional foi deposta através de conflitos civis, e em seu lugar foi instaurado o regime republicano liberal, porém, sem unanimidade. A carência de apoio levou à reorganização ou criação de grupos contrários ao novo regime. Portugal abriu o século como terreno fértil para o surgimento de concepções contestatórias à ampliação da participação da população na política, ainda que o processo eleitoral estivesse organizado por mecanismo censitário entre os séculos XIX e primeiras décadas do XX. Para António Costa Pinto, “O meio estudantil de Coimbra constitui, a partir da crise de 1907, um reflector ampliado do desmoronamento do rotativismo liberal, pano de fundo do período que decorre entre a ditadura franquista e o 5 de Outubro de 1910” (PINTO, 1983, p. 1412). Neste cenário, grupos conservadores e/ou autoritários surgiram como reação, sendo um deles o Integralismo Lusitano (IL). Nas palavras de António Costa Pinto:

A vida política do IL conheceu três grandes fases: a primeira que vai da sua fundação até a ditadura sidonista de 1917-18, caracterizada por uma actividade quase exclusivamente ideológica; a segunda, até 1922, data da suspensão das suas actividades, marcada pela tentativa de criar um movimento político organizado; a terceira, mais difusa, definida pela proliferação descentralizada dos seus núcleos, até à dissolução da Junta Central em 1932 (PINTO, 1994. p. 31).

O N/S foi antecedido pelo IL, o que fundamentou não somente parcela de suas bases teóricas, como contribuiu para suas fileiras de militantes, sendo a Universidade de Coimbra o espaço principal para sua formação. O periódico *Política* forneceu o espaço para o crescimento do movimento extremista de direita português, chefiado por Rolão Preto, membro de primeira geração do IL. O primeiro número de *Política* apresentava críticas à democracia e ao parlamentarismo existentes em Portugal. Os ataques se faziam na esteira das publicações do IL, no entanto, com maior radicalidade. No texto de abertura havia a explicação da palavra “Política” como batismo do periódico: “O calão democrático assim deturpou o seu [da política] nobre significado, que abastardou e corrompeu nas pulhices eleiçoeiras e parlamentares, em todos os vergonhosos conluios com que os homens do partido arranjavam a sua vida” (POLÍTICA, 1929, p. 2). E em artigo assinado por Rolão Preto há o decreto d’ “A falência da democracia social é assim tão clara e segura como a falência da democracia política. Na ordem política moderna é o triunfo do *chefe*, *chefe* indiscutível e sagrado, *chefe* que não nasce do acaso absurdo das urnas, nem que lhe está a mercê” (PRETO, 1929, p. 4).

Deste modo, embora apresentassem posições que divergiam em alguns termos do IL – a mobilização de massas, por exemplo -, buscaram preservar elementos centrais, tais como a crítica à democracia e ao liberalismo, assim como a manutenção das bases corporativas em seu projeto. Tal objetivo, de certo modo, manteve viva a cultura política do IL dentro do N/S, por breve período. Todavia, conforme será visto, à medida que se ofereceu um projeto de ditadura alternativo, o Salazarismo, a coesão interna passou a ser pressionada, o que gerou deserções da militância e enfraquecimento de suas lideranças.

A democracia e o liberalismo no Brasil não foram menos contestados. Grossa parcela da intelectualidade do país, nas primeiras décadas do século XX mostrou seu descontentamento com o modelo assumido pela república. De acordo com Daniel Pécaut, o alvo da insatisfação destes intelectuais foi a incapacidade em constituir a nação. Além deste, Pécaut (1990, p. 23) ressalta outro motivo: o ressentimento desta elite ao isolamento que lhe foi imputado diante da falência da proposta positivista e ascensão do modelo oligárquico de poder, estabelecido através dos latifúndios. Logo, a reação à República brasileira em seus primeiro anos de vida não foi mobilizada somente pela ala conservadora, mas foi incorporada por esta.

Embora os ataques possuíssem alvo único, ou seja, a República oligárquica, as motivações e projetos políticos que imbuíam à ação eram dos mais distintos. Portanto, os ataques ao regime uniam conservadores e desejosos da modernização; monarquistas ressentidos e intelectuais desejosos do Estado forte aos moldes fascistas, nos anos 1920. O elo comum destes projetos heterogêneos foi a contestação aos antigos partidos e a insatisfação ao liberalismo político. Assim, estabeleciam vínculos entre política e a literatura, campo privilegiado de atuação intelectual no Brasil no início do século XX, não apenas restritos à teorização, mas imbuídos de projetos.

Intelectuais brasileiros, no início do século XX, investiam na literatura ao buscar alvo na política. Havia entre estes anseios de formar ou descobrir a nação tipicamente brasileira. Entre as correntes do movimento modernista, vários autores debruçavam-se no intuito de romper com o eurocentrismo e com o cosmopolitismo vigente na intelectualidade nacional. Havia a contestação do modelo liberal oligárquico, crítica endossada por parcela da intelectualidade dos anos 1920. Tais críticas e insatisfações ao liberalismo contribuíram para a articulação das bases teóricas da Ação Integralista Brasileira, liderada por Plínio Salgado, escritor participante do movimento artístico modernista.

Estes movimentos autoritários, N/S e AIB, surgem durante a instabilidade política e institucional dos respectivos países. Encontram terreno propício para in-

serir projetos e lançar redefinição de conceitos para a justificação ou legitimação de seus projetos de Estado centralizador e autoritário, com o objetivo de romper com a ordem da liberal-democracia em processo de instauração no contexto presenciado pelos chefes destes movimentos. Neste sentido, encontra-se o uso em discursos vindos do N/S e da AIB, do conceito *Revolução* para expor a ruptura com o liberalismo político e inserção dos seus projetos.

Este uso não apresentava a emergência política radical de um setor social antes marginalizado das instâncias decisórias, ou medidas que provocassem a ruptura dramática e irreversível das estruturas e redes de poder, conforme será visto. Em contrapelo, por vezes, o conceito de *Revolução* defendido fez vênua à tradição obstruída pela República liberal instituída em Portugal e Brasil. Portanto, tais usos lançados pelos movimentos em questão são originais em relação à compreensão de Hannah Arendt (1990) ou Claude Lefort (1987), anteriormente apresentadas.

Por estes aspectos, é fundamental a análise da forma como os conceitos são lançados para se detectar como os autores das falas entendiam o espaço político, social, econômico e quais as suas propostas para manutenção ou ruptura deste espaço. Neste sentido, o conceito de *revolução*, articulado por Rolão Preto, Plínio Salgado e outras lideranças de seus movimentos, é um bom medidor. Conforme dito, o N/S foi um desdobramento fascizado do IL, reconhecido por seu próprio chefe, Rolão Preto, quando questionado em entrevista sobre os pontos de contato entre os movimentos, ao responder que: “O Nacional-Sindicalismo é, na verdade o Integralismo Lusitano que se ultrapassa em todos os seus aspectos formais. É a Contra-Revolução que para além de si própria se torna Revolução” (BARBOSA, 1940, p. 39). Deste modo, Rolão Preto entendia que, a partir da dilatação da iniciativa contrarrevolucionária do IL, criava-se um movimento, segundo ele, revolucionário, ou seja, o N/S.

São consonantes algumas concepções em ambos os movimentos em virtude da participação das lideranças do N/S se inserirem, como é o caso do próprio Rolão Preto, e de Alberto Monsaraz, na formação e composição do IL. A tradição é um dos elementos comuns. Para António Sardinha, mentor principal do IL, a tradição estava imbuída de dinamicidade, o que retirava o conceito de qualquer interpretação contemplativa. Para Sardinha:

Filosófica e historicamente nosso conceito de tradição equivale a *dinamismo e continuidade*. Estamos, por isso, bem longe de nos confinarmos numa idéia saudosista da sociedade *que foi* ou das gerações *que passaram*. Pelo contrário, abertos às solicitações clamorosas deste instante de febre, olhamos o futuro com

um alto desejo de o prepararmos, melhor e mais belo do que é a actualidade tão horizontal e espessa em que vivemos (SARDINHA, 1978, p. 22).

O conceito de “tradição”, segundo o IL, estaria intrinsecamente relacionado ao de nacionalismo sustentado pelo movimento português. Nas palavras de António Sardinha: “Tradicionalismo e Nacionalismo completam-se hoje em dia num apertado consórcio – esforçando-se o Nacionalismo por dotar os povos com instituições que os virilizem apontando-lhes o Tradicionalismo quais elas sejam” (SARDINHA, 1924, p. 39). A vinculação da tradição ao nacionalismo foi partilhada de maneira geral entre os membros do grupo de Sardinha e consequentemente apropriada às concepções do N/S.

Os laços estabelecidos entre o binómio tradição/nacionalismo ofereciam o significado de originalidade, historicamente legitimada em relação aos projetos defendidos pelo IL. Deste modo, o tradicionalismo era lançado como suporte à defesa da nação portuguesa através de projeções e leituras do passado formadas no interior do movimento. Os projetos políticos do Estado desejado foram construídos através dessa visão de mundo sobre a tradição como elemento constitutivo da nacionalidade, um consórcio estabelecido entre religião católica e monarquia. Além disso, foi através da tradição que se articularam as bases teóricas do IL, a partir dos ataques à República, ao liberalismo, à democracia liberal e valorização da monarquia centralizada politicamente, mas descentralizada em tarefas administrativas, com a configuração do municipalismo como projeto (BARREIRAS, 1982, p. 1421). Neste viés, Monsaraz (1916, p. 5), ainda no movimento de Sardinha, e que ocuparia a Secretaria Geral do N/S, entendia ser “na República o futuro assento sobre o desprezo do passado, renegando-se a tradição, em nome dos princípios de realidade prática”.

Mesmo após o encerramento da Junta Central do Integralismo Lusitano, em 1922, tais concepções continuaram em vigor. Os ataques à democracia se mantiveram, conforme se observa nas obras de Rolão Preto, entre o intervalo do fechamento da Junta e a formação do periódico *Política* no final da década de 1920. Em *Nacional-Sindicalismo*, opúsculo onde Rolão Preto (1925, p. 31) apresentava suas intenções acerca do corporativismo sindical, mas ainda sem pretensões de liderar o movimento homônimo em vigor apenas a partir de 1932, afirmava: “Condenamos a centralização democrática, o monopólio e toda a acção das assembléias políticas sobre a gestação da dinâmica da Produção.” Preto, assim como os demais membros do IL, acreditava ser a democracia a concentração política nas mãos dos menos capacitados, em vista das formas de elegê-los. Como alternativa, recorria

justamente à tradição corporativa medieval, que os integralistas acreditavam ter ocorrido em Portugal e da qual se diziam os portadores.

Assim, para Rolão Preto, a revolução não seria tomada pelo ineditismo absoluto, mas por um processo de permanência ou recuperação de um passado que foi interrompido pelo modelo constitucional, monárquico e posteriormente o republicano. Tal concepção reveste seu conceito de nacionalismo, estreitamente ligado à tradição, conforme dito, pois: “A Nação é um círculo de interesses morais e materiais mantidos pelo esforço e pelo sacrifício das gerações do Passado e do Presente para a garantia das gerações do Futuro.” (PRETO, 1925, p. 3-4).

Deste modo, o projeto nacional sindicalista não corresponderia à mera transposição do modelo político e econômico do passado para o futuro, mas seria inspirado neste modelo. Ainda na perspectiva apontada, para o chefe do Nacional Sindicalismo, sustentava o potencial revolucionário do movimento, mas por outro lado, condenava aspectos existentes na Revolução Francesa, tais como a participação ampla das camadas populares nas esferas decisórias de poder. Para tanto, apontava para o modelo corporativo: “O sindicato, por exemplo, não corresponde de-certo com exactidão às fórmulas medievais, mas continua-as, dentro da essência econômica-social que as criou, de harmonia com as condições de produção modernas” (PRETO, 1932, p. 85).

Dado que a revolução concebida por Rolão Preto não se inseria nos termos da primeira parte deste artigo, cabe compreender em quais modelos o chefe do N/S compreendia os níveis e a intensidade das mudanças apresentadas em seu projeto. As críticas ao liberalismo político, às concepções socialistas e ao materialismo de modo geral estavam presentes no IL e no N/S. Ambos rejeitavam as bases da luta de classe, mesmo reconhecendo as transformações sociais e econômicas, acompanhadas da desigualdade, promovidas com a Revolução Industrial.

Logo, apontavam no declínio moral e na ruptura da tradição, as bases da miséria e da deterioração nacional. A revolução defendida pelo N/S ocorreria inicialmente em termos “espirituais”, na alteração de valores ou, em suas palavras:

Êsse espírito [solidarista como condição de eficácia do sindicato], condição sinequa-non (*sic!*) duma transformações da moral social, é daquela ordem de valores que se obtem fazendo apelo à mística revolucionária, criando um clima mercê do qual se obtem milagres de voluntário cumprimento dos deveres individuais em proveito comum, [...]. Só assim, por impulso dum grande movimento espiritual se poderá obter a temperatura onde se geram as decisivas transformações colectivas (BARBOSA, 1940, p. 24-25).

Diante da rejeição do materialismo inspirado pelas concepções iluministas e na Revolução Francesa, tais como o liberalismo e o socialismo, a revolução não seria deflagrada a partir de rupturas sociais, políticas ou econômicas. Tampouco se observaria de imediato a ascensão de uma classe, antes afastada do poder, sobre as anteriores dele possuidoras. A revolução sugerida, com fortes influências das corporações medievais, mas rejeitando a mera reprodução destas, se deflagraria na mentalidade, ou “por impulso dum grande movimento espiritual”.

Por outro lado, Rolão Preto (1925, p. 11) selecionou em seu projeto a classe para conduzir os planos da revolução por ele esboçada. As classes médias seriam o alvo imediato da sindicalização que nelas desenvolveria a solidariedade, “e resolveria o problema do acordo entre a mão de obra e o capital.” Apesar das “bases revolucionárias” ocorrerem em termos de “modificação de valores”, prestigiando os esforços da “inteligência” em detrimento de alterações nas estruturas de poder social, político, entre outros, o chefe do N/S elaborou a estrutura econômica do Estado por ele buscado. “O país será dividido em regiões econômicas: agrícolas e industriais. Estas regiões nada terão de divisões políticas./Em cada região econômica serão organizados os sindicatos operários por um lado e os sindicatos patronais por outro” (PRETO, 1925, p. 11).

Deste modo, era imprescindível que a luta de classes fosse impedida de se desenrolar. E isso seria alcançado justamente através do regime de corporações, que pacificaria, segundo Rolão Preto, as questões existentes entre Capital e Trabalho, pois: “A luta de classes é *[sic!]* um erro. A Produção não pode resultar *[sic!]* dum conflito entre os elementos da Produção mas sim de seu acordo” (PRETO, 1920, p. 7). A relação existente entre as classes e a produção foi trazida do IL, que repudiava as insurreições, greves e mobilizações operárias, por representarem a quebra da hierarquia e da organização social e política.

Monsaraz, futuro secretário geral do N/S, ainda no IL expunha esta consonância entre o movimento que tinha Sardinha como mentor e aquele liderado por Rolão Preto. Em sua fala, reconhecia as agruras enfrentadas pelo operariado, porém, tal como o futuro chefe do N/S, repudiava a possibilidade de organização autônoma do proletariado e a elaboração de sua própria pauta de reivindicações.

E assim morrendo de fome, enquanto ha ambiciosos que enriquecem á custa do seu suor, como não ha-de o proletário revoltar-se reclamando a sua parte no festim? Evidentemente o seu protesto é justo. Mas são justas também as suas ambições, os seus intuitos revolucionario, os seus sonhos duma remodelação social que derrube de vez o que ainda resta do mundo antigo? Não! Essas não são justas (MONSARAZ, 1916, p. 5-6).

Ainda que, sob investida de Salazar, o N/S se dissolvesse e se extinguisse ou fosse incorporado ao regime, o modelo sustentado sobre bases corporativas e es-

cora na classe média não foi alterado. Em 1936, Preto publicou *Justiça!*, escrito durante seu exílio, um ano antes. Neste, reafirmava seu projeto de “desproletarizar as massas” e pacificar Capital e trabalho, como meio de desencadear sua concepção de Revolução (PRETO, 1936, p. 143). Além do reforço à preservação e valorização das classes médias, houve o registro da manutenção das bases da sociedade capitalista em função da revolução proposta por Rolão Preto preservar a propriedade privada. Em suas palavras: “A solução dos problemas económicos-sociais, dentro do espírito da Revolução, esta naturalmente ligada ao princípio que informa o direito revolucionário de propriedade.” (PRETO, 1936, p. 128). Portanto, a revolução esboçada teria como aspecto a continuidade, e não a ruptura. Seria expressa pela manutenção da propriedade privada, expondo com clareza a oposição ao socialismo. A Revolução, para Rolão Preto, se manifestaria antes como pensamento, em oposição a mudanças estruturais radicais e irreversíveis, tal como exposto por Hannah Arendt (1990). Nestes termos, revolução seria:

[...] um pensamento *em marcha* que não tolera limites nem aceita posições definitivas. *Caminhando sempre* a sua função consiste claramente em projectar, para além das conquistas da justiça alcançadas por um momento histórico ou por uma época, o anseio de novas e mais perfeitas conquistas (PRETO, 1936, p. 87).

Por mais que insistisse em seus aspectos dinâmicos, é indubitável a permanência da tradição como influência na definição de revolução para Rolão Preto. A revolução não seria uma ação revestida de violência e irreversibilidade, como ocorreu na Revolução Francesa, por exemplo. Para o chefe do N/S, esta existiria como pensamento em marcha, e zelaria pela manutenção da propriedade privada, conservando, portanto, a estrutura social e económica vigente, porém, com prestígio das classes médias através de política de intervenção através da distribuição de crédito, via Estado (PRETO, 1925, p. 11). O aspecto espiritual, ou seja, sobre o campo da inteligência, da revolução é reafirmado por Preto (1936, p. 109) ao discorrer sobre a educação escolar em seus projetos, pois: “O desenvolvimento espiritual do homem merece à Revolução todos os cuidados de sua técnica criadora.”

Embora mantivesse a propriedade privada, havia oposição ao liberalismo e ao individualismo por ele fomentado. Expondo o liberalismo como ilusão de igualdade, como forma de difundir que através do individualismo todos se equivaleriam, haveria a contraposição da concepção holística e total, inserida no corporativismo sindical. Neste sentido, Rolão Preto estabeleceu a oposição entre personalidade e indivíduo como carácter definidor das fronteiras entre, respectivamente, sua revolução e o pensamento liberal: “A Revolução é sempre o homem, mostrando-se reali-

dade, em personalidade, em justiça. O Liberalismo era apenas o homem surgindo como artifício, como ‘indivíduo’, como ‘unidade’, como ‘equilíbrio’” (PRETO, 1936, p. 58). Portanto, para a emergência da sociedade estabelecida sobre o corporativismo, o indivíduo deveria ser sacrificado para a existência do homem, e este trabalhando para o grupo, encarnaria a função de produtor/trabalhador.

Concepção similar foi sustentada por Plínio Salgado, chefe da Ação Integralista Brasileira (AIB). Neste sentido, para Plínio Salgado a família desempenharia papel fundamental ao mediar os assédios do Estado sobre o indivíduo, e as investidas deste sobre o Estado, pois é: “A Família é que dá ao Homem o senso das proporções exatas” (SALGADO, 1955A, p. 234). Ao analisar a definição de *Revolução* lançada por Salgado para a Ação Integralista, dois elementos são salientes: a função do Estado como mobilizador das transformações; e a compreensão da iniciativa revolucionária como meio de harmonia e de restabelecer o equilíbrio abalado. Em outros termos, Salgado destituía dos grupos a ação irreversível e violenta característica da *Revolução*, conforme supracitado no debate acerca do conceito e suas definições, pois “A Revolução é função da sociedade na sua fase destrutiva, e função do Estado na sua fase construtiva” (SALGADO, 1955A, p. 71).

Há, portanto, concepção da capacidade destrutiva da coletividade massificada e sem organização. Tal influência pode ser situada nos autores críticos da participação das camadas subalternas da sociedade na política, influentes entre os finais do século XIX e início do XX. Tais características da inferioridade intelectual das massas e sua capacidade destrutiva são encontradas em *Psychologie des Foules*, de Gustave Le Bon, quem Salgado (1955, p. 17-18) acusava leitura.

Tal repúdio à participação ativa das camadas subalternas da população esteve presente também no Integralismo Lusitano (IL), ilustrada na expressão de António Sardinha (1978, p. 128) ao expor: “Nada mais antinatural, nem mais anticientífico do que a ilusão jacobina! A hereditariedade do poder, pelo contrário, é um facto da natureza, aprofundado nas relações da sociabilidade humana pelos exemplos do passado.” Característica manifesta, de maneira similar, mas não igual, no desdobramento fascizado do IL, o Nacional Sindicalismo, conforme já exposto, através das falas de Rolão Preto, em combate à democracia liberal.

Além da crença na incapacidade de criação mantida pela sociedade geral, sem prévia organização e disciplina (evidentemente, realizadas pelo grupo de onde falavam as respectivas lideranças), embora investisse na configuração de movimento de massas, o chefe da AIB remetia ao conceito cíclico de *Revolução*, revestido pelo equilíbrio. Em suas palavras: “A Revolução é a tendência de harmonia de dois mundos. É a procura de um equilíbrio.” (SALGADO, 1955A, p. 32). Nestes termos, a revolução seria acompanhada pelo controle e pelo princípio da

autoridade e da hierarquia, que iriam além da dominação e domesticação física, pois teriam o objetivo de fundar nova intelectualidade e corrente de pensamento hegemônica. Assim, a revolução partiria primeiro do interior de cada militante, para posteriormente estar preparada para a luta política e institucional.

Revolução não é a masorca de soldados amotinados; não é rebelião de camponeses ou proletários; não é movimento armado de burguesias oligarcas; não é movimento de tropas de governos provinciais; [...]; não é conspirata de partidos; [...]. Revolução é movimento de cultura e de espírito (SALGADO, 1955A, p. 222).

Foi através do reforço à definição de ausência de choques intensos, conflitos e armados e, em oposição, instauração das bases da autoridade e condução por um grupo intelectualmente superior, que Salgado buscava submeter as fileiras integralistas à sua liderança. Para isso, Salgado concebe sua revolução como movimento de mudança de consciência e de mentalidade e de retorno à harmonia (SALGADO, 1955A, p. 221).

Não se encontra qualquer incitação às questões sociais desiguais, à distribuição econômica ou exploração do trabalho como motores de mobilização. Para o chefe da AIB, os causadores dos distúrbios são representados pela hipertrofia de uma das forças “[...] em detrimento de uma oposta, rompe-se necessariamente o equilíbrio. Entre o instante de deslocamento e o da nova posição estável, medeia o período que costumamos chamar de revolução” (SALGADO, 1955A, p. 43-44). As transformações seriam operadas pela iniciativa do pensamento, para que se recuperassem as proporções do equilíbrio.

Deste modo, os causadores dos distúrbios da ordem, igualmente, não poderiam ter outra origem que não fosse pertencente aos campos da moral, associados aos novos valores, trazidos pelo liberalismo e pelo comunismo, responsáveis pela deturpação da nacionalidade. O liberalismo e o comunismo seriam derivados, portanto, de distúrbios morais e interrupção na tradição cultural do país, distante de qualquer explicação política, econômica ou social. Os “desequilíbrios” que povoavam o contexto do chefe da AIB foram causados, segundo análise de Plínio Salgado, pelas seguintes motivações:

Temos, diante de nós, problemas morais, culturais, multiplicando-se em problemas pedagógicos, estéticos, jurídicos, administrativos. E todos esses problemas não podem ser tratados segundo a mentalidade das civilizações extintas, mas segundo o sentido de uma época que se desdobra em novos planos e novas finalidades (SALGADO, 1957, p. 19).

Em *A Quarta Humanidade*, Salgado elaborou organização histórica compartimentada, sem rigidez de delineamentos e fronteiras temporais, em três Humanidades, que se distinguiam pelo politeísmo, monoteísmo ou ateísmo, com a quarta humanidade a apresentar a solução dos problemas existentes nas anteriores. Na terceira fase, a desestruturação social ocorreria pela ascensão do capitalismo e do comunismo como forças hegemônicas. A partir desta explicação, os males a serem combatidos concentravam-se no capitalismo ou liberalismo e no comunismo.

O integralismo de Plínio Salgado seria o responsável pelo parto da Quarta Humanidade, saída da luta com o comunismo. No entanto, o confronto teria de se desenrolar dentro dos projetos estabelecidos, onde a disputa ocorreria no campo da inteligência. Não apenas a luta, como o desenvolvimento da AIB, partiria da formação, *a priori*, de uma intelectualidade capacitada para elaboração e difusão doutrinária; para somente a partir daí, difundirem a teoria para as demais camadas populares, de maneira simplificada, no intuito de expandir a “revolução”. “A mobilização de pensadores, estudiosos, intelectuais é condição fundamental do êxito desta campanha. São eles que devem transmitir ao povo o conceito sereno de verdade” (SALGADO, 1957, p. 85). Através da formação desta “elite dirigente”, se formaria, nos projetos de Salgado, a consciência das massas populares.

Deste modo, observa-se a intenção de organização doutrinária onde a intelectualidade influiria no destino dos povos, excluindo-os da capacidade decisória sobre seus próprios rumos. Parte deste veto à participação política se fez pela rejeição das bases democráticas do liberalismo. Em vista do combate ao materialismo histórico e da luta de classes, tal como o Nacional Sindicalismo, as causas dos distúrbios que motivariam a ascensão da “revolução”, não estariam na crítica à distribuição de renda ou organização social, mas nos princípios morais e do “Espírito”, constrangidos pelo comunismo e pelo liberalismo.

O chefe do integralismo brasileiro apontava no desenrolar destas crises, a emergência do Estado Integral. Este, evidentemente, não seria formado pela população, mas pela “mocidade”, ou seja, aqueles que pensavam com ideias coerentes ao século XX, e não mais pelas ideologias surgidas da Revolução Francesa, como o liberalismo, o do século XIX, como é o marxismo. Nestes termos,

Mas, os que são moços pertencem a outra Humanidade, que está nascendo. E que saberá, em cada país, criar novos padrões de cultura, de moral, de direito, de administração e de política. [...]. E criará um novo processo de relações sociais e econômicas. E criará o Estado Integralista, [...]. O Estado que salve o homem da ditadura cruel do materialismo finalista e da ditadura sem fi-

nalidade da plutocracia democrática e das oligarquias políticas e financeiras (SALGADO, 1957, p. 64).

Para Gustavo Barroso, chefe de milícias da AIB, o integralismo seria a única solução para retirar o Brasil das investidas do liberalismo e do comunismo, manipulados pelas mãos do judaísmo. “Ele é fé, abnegação, compreensão, sinceridade e sobretudo mocidade, mocidade de corpo ou mocidade de espírito” (BARROSO, 1934, p. 68-69). Deste modo, tal como Salgado, convocava-se a juventude para fazer parte da AIB, e assim como o chefe da AIB, a “mocidade” não se respaldava apenas na idade dos militantes. Para Barroso, a juventude não seria a luta entre passado e modernidade, mas uma ponte ligando os extremos. Tradição e juventude não seriam opostas, portanto. “Somos os que preferem amar as tradições de sua gente, defender os explorados, cultivar a virtude, arrostar o perigo, desafiar os adversários e vencer os obstáculos no tempo egoísta e vil em que a maioria somente gosta de dinheiro” (BARROSO, 1934, p. 76). Assim, visavam fundar um novo tempo ao retomar as tradições e as solidariedades anteriores.

Ao tecer críticas ao liberalismo tanto político quanto econômico, porém com ênfase à República, Gustavo Barroso rompia com o passadismo e conectava o movimento à mocidade: “Somos portanto, o espírito imortal do Brasil que desperta do infame pesadelo de quarenta e muitos anos de politiqueria imoral, para se encarnar na alma da mocidade e construir uma grande nação [...]” (BARROSO, 1934, p. 76). Em contraste à tradição que defendia, Barroso criticava o liberalismo por seus postulados antiquados e envelhecidos, e atacava o comunismo marxista por ser doutrina que já contava com quase um século. Como no caso europeu, onde os fascismos seriam a alternativa, o integralismo seria a escolha acertada para “a mocidade contemporânea” no Brasil. “A mocidade contemporânea do avião não se pôde mais enquadrar nos carcomidos partidos liberais, [...], ou formar nas fileiras comunistas, que veem da época das sobrecasacas e dos lenços de rapé” (BARROSO, 1934, p. 59).

Nestas premissas, o Estado desejado não viria através de revolução, em função da preocupação de se zelar pelo vínculo entre a tradição e a modernidade. Conforme o próprio chefe de milícias apresentou, a formação estatal integralista aproveitaria as estruturas sociais então existentes, mas reformularia os aspectos incompatíveis com a doutrina da AIB: “O Integralismo não quer fazer ir pelos ares a velha máquina da sociedade para pôr em seu lugar uma inteiramente nova. Ele quer desmontá-la, substituir as peças usadas e articular as ainda boas em outro sistema de movimentos” (BARROSO, 1934, p. 53).

Torna-se explícito que não era objetivo do integralismo a alteração da ordem social já disposta. Tal finalidade comprova-se ao observar como se daria a transição do regime estabelecido para o Estado Integral, ou seja, “[...] tendente a transformar primeiro a alma das *elites*, e em seguida a das massas, formando uma nova consciência e nova vontade coletiva, dotadas de nova dinâmica, com a fôrça duma doutrina e do firme propósito de realizá-la” (BARROSO, 1934, p. 53).

Porém, havia a intenção de reestruturar as relações de trabalho e as formas econômicas, assim como o poder institucional, em resposta à insatisfação ao liberalismo político e econômico. Sob o objetivo de pacificar as classes sem eliminá-las, mas organizá-las em grupos hierarquizados; de fragilizar os anseios regionais e dissolver o federalismo que, segundo os dirigentes da AIB, contribuía para a formação dos caudilhos locais; o corporativismo seria o formato adotado para estruturar o Estado. A partir dos vínculos da tradição, havia a necessidade de pôr fim à “[...] luta de nações, luta de partidos, luta de classes e luta de sexos. O esgotamento dos povos lança-os para o quadro de suas velhas tradições, que formam sua própria alma” (BARROSO, 1935, p. 143).

Na construção do Estado integral, a tradição seria indissociável da Nação, haja vista a participação da primeira na estruturação da segunda, desde os primórdios da construção da pátria. Segundo Barroso: “Composta de homens, as Nações ligam-se ao Passado pelas suas tradições de toda a especie. Enraizada nela é que a Pátria Brasileira deve florescer no Presente para frutificar no Futuro” (BARROSO, 1935A, p. 11-12). Esta construção, através de sua narrativa histórico-mitológica foi permeada pela necessidade de resgate do cristianismo em contexto de ascensão das ideias materialistas. Ao estabelecer esta “nova revolução cristã”, as bases para a *Revolução Interior* estariam firmadas para, posteriormente, se conceber a “revolução exterior” (BARROSO, 1935, p. 148).

Em síntese, o Estado Integral, desenhado a partir da revolução proposta pelos dirigentes da AIB, não levaria ao chão a estrutura social e econômica até então disposta. Todavia, constata-se a intenção de aniquilar a estrutura liberal democrática, tal como seus pilares, ou seja, os partidos, o voto individual e a livre iniciativa de candidatar-se e ser candidato, já bastante precárias durante a Primeira República (1889-1930) no Brasil. A estes suportes da democracia, caberia a substituição pela organização sindical-corporativista, em termos similares ao apresentado pelo Nacional Sindicalismo.

Considerações Finais

Ao situar os conceitos em sua historicidade, ou seja, no contexto em que foram formados, ou utilizados, capacitam-se às análises mais profundas. Ao posicionarmos os personagens ocupantes dos cargos de liderança e, portanto, os detentores do privilégio de elaborar a doutrina hegemônica do Nacional Sindicalismo e da Ação Integralista Brasileira, nos é possível estabelecer a intencionalidade e a motivação para o uso de determinados conceitos em seus discursos.

Conforme se pode estabelecer através do contraste das observações apresentadas, as lideranças dos movimentos de extrema direita em estudo ressignificaram os usos de revolução ao romperem com o ímpeto violento que lhe caracteriza e pelo aspecto de ruptura e irreversibilidade, típicos dos acontecimentos entendidos como revolucionários. Ao contrário, atribuíram à restauração dos valores morais, estabelecidos sobre a cristandade, e fomentaram em alguns momentos, a iniciativa de restaurar a tradição que, segundo Rolão Preto e Gustavo Barroso, com maior nitidez, compunham o bojo da nacionalidade.

Logo, em que medida estas lideranças evocaram aos seus movimentos a classificação de portadores de uma “revolução”? Tanto o N/S quanto a AIB organizaram-se em oposição a uma conjuntura política específica. Rolão Preto, herdeiro do IL, conduzia seu movimento à oposição da República constitucional, e posteriormente ao incentivo à radicalização do golpe de 1926, que encerrou a experiência da República liberal de 1910. O movimento liderado por Plínio Salgado, por sua vez, reivindicava a deposição das oligarquias e suspensão do federalismo, aspectos que, segundo o chefe da AIB, foram mantidos após a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930.

A definição de “revolução”, nestas premissas, seria lançada como mecanismo de legitimar a luta contra a institucionalidade em vigor. Ainda que não buscassem transformações estruturais nas bases sociais e econômicas, declaravam-se revolucionários, quando em suma, posicionavam-se em nome da tradição e da moral, defendidas conforme as intenções e culturas políticas fieis aos movimentos analisados. Deste modo, revestiam-se da indumentária da revolução, após os ajustes estabelecidos. Embora estivessem longe de se estabelecer como vanguarda, por se colocarem como herdeiros de movimento anterior (caso do N/S); ou serem influenciados por outras correntes autoritárias, ou conservadoras de direita (AIB), podemos compreender que a radicalização proposta, para alcançar seus projetos de Rolão Preto ou Plínio Salgado, os fazia crer que eram revolucionários.

Tal como as lideranças extremistas dos anos 1910 a 1930, observa-se o uso pouco ortodoxo dos conceitos na contemporaneidade, seja por presidentes ou lí-

deres que integram hoje ao populismo de direita. Ao atuar sobre conceitos como *direitas* e *esquerdas*, *revolução*, *fascismos* buscam a distância ou aproximação de determinadas ideias das quais os conceitos são portadores. Ao se travestirem de ruptura e novidade político institucional, obscurecem atuação débil, porém existente nas organizações parlamentares, este é o exemplo de Jair Bolsonaro, atual presidente da República no Brasil. Em função da erosão da legitimidade político institucional, ainda quando candidato, posicionava-se como novo, representante do ineditismo e portador da oxigenação na política, assumindo ares de “mito” salvador. Há o reforço da concepção de ditadura militar enquanto verdadeira revolução, portadora da “ordem” e do “progresso” – e de forte caráter desmobilizante, que são elementos de interesse e inspiração de Bolsonaro.

Por outro lado, há o empenho em redefinir os limites conceituais de fascismo, buscando associá-lo à esquerda. Assim, é possível adotar medidas autoritárias, sem o risco de ser taxado como fascista, ou adepto de intenções autoritárias e ditatoriais, por se posicionar no espectro oposto. Logo, ressalta-se a importância da história dos conceitos e da análise de discurso, associando-as de maneira comparativa e diacrônica, para que possamos perceber as armadilhas dispostas no campo político contemporâneo, e as que já foram utilizadas.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Da Revolução**. 2ª ed., São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBOSA, José Plácido Machado. **Para Além da Revolução... A Revolução**: Entrevista com Rolão Preto. Porto: Tip. “Aliança, L.Da”. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1940. cota: H.G.26242P.

BARREIRAS, Cecília. “Três Nótulas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia nas páginas da <Nação Portuguesa> (1914-1926). *In: Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, p. 1421-1429.

BARROSO, Gustavo. **Integralismo de Norte a Sul**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BARROSO, Gustavo. **O Quarto Império**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935.

BARROSO, Gustavo. **O que o Integralista deve saber**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935A.

BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. *In*. RIOUX, Jean-Pierre; SIRNELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuros Passados**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006.

LEFORT, Claude. **A Invenção Democrática**: os limites do totalitarismo. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MONSARAZ, Alberto (editor). **Cartilha Monarquica – Integralismo Lusitano**. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1916. cota: S.C.34953P.

PÉCAULT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PINTO, António Costa. A Formação do Integralismo Lusitano. In. **Análise Social**. Vol. XVIII (72-73-74), 1983, p. 1409-1419.

PINTO, António Costa. **Os Camisas Azuis**: ideologias, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

POLÍTICA: órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, Director, A. de Mendonça-Dias. Lisboa, 15 de Abril de 1929. p. 2. Ano I, nº 1. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3861 B.

PRETO, Rolão. **Balisas**: Manual do Sindicalismo Orgânico. Lisboa: Edições das Oficinas Gráficas, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1920. cota: S.C.14190//11P.

PRETO, Rolão. **Nacional Sindicalismo**, 2ª ed. Lisboa: UP, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1925. cota S.C. 42617.

PRETO, Rolão. “1 de maio”. In. **POLÍTICA**: órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, Director, A. de Mendonça-Dias. Lisboa, 1 de maio, Ano I, nº 2. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1929. cota: J.3861 B.

PRETO, Rolão. **Para Além do Comunismo**. Coimbra: Edição da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano, 1932.

PRETO, Rolão. **JUSTIÇA!**. Lisboa: S/E, 1936.

SALGADO, Plínio. **Obras Completas**. Vol. 10. São Paulo: Editora das Américas, 1955.

SALGADO, Plínio. **Obras Completas**, Vol. 7. São Paulo: Editora das Américas, 1955A.

SALGADO, Plínio. **Obras Completas**. Vol. 5. São Paulo: Editora das Américas, 1957.

SARDINHA, António. “A Crise do Estado”. In. **NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista**, Lisboa, 3 série, 1924 – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU6. Registro: 207116.

SARDINHA, António. **Ao Ritmo da ampulheta**. 2 ed. Lisboa: p, 1978.